

PRAIA VERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

PRODUÇÃO DISCENTE
NO PPGSS-UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR Roberto Leher

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA Leila Rodrigues da Silva

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO Mavi Pacheco Rodrigues

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves **UFRJ**

EDITORES ASSOCIADOS

Cleusa dos Santos **UFRJ**

Paula Ferreira Poncioni **UFRJ**

EDITORES AD HOC V.29 N.1 (ESPECIAL)

Alejandra Pastorini **UFRJ**

Rosemere Maia **UFRJ**

EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Jessica Cirrota

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi (Apresentação)

Renan Cornette

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral **UFPE**

Antônio Carlos Mazzeo **USP**

Arthur Trindade Maranhão Costa **UNB**

Christina Vital da Cunha **UFF**

Clarice Ehlers Peixoto **UERJ**

Elenise Faria Scherer **UFAM**

Ivanete Boschetti **UFRJ**

Jean François Yves Deluchey **UFPA**

Leonilde Servolo de Medeiros **UFRRJ**

Marcos César Alvarez **USP**

Maria Cristina Soares Paniago **UFAL**

Maria Helena Rauta Ramos **UFRJ**

Maria das Dores Campos Machado **UFRJ**

Maria de Fátima Cabral Gomes **UFRJ**

Myriam Moraes Lins de Barros **UFRJ**

Ranieri Carli de Oliveira **UFF**

Rodrigo Castelo Branco Santos **UNIRIO**

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo **PUCRS**

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa **UFMA**

Suely Ferreira Deslandes **FIOCRUZ**



Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ



praiavermelha.ess.ufrj.br



@revistapraiavermelha



(55) (21) 3938-5386

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 29 n. 1 (ESPECIAL)
2019
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 29	n. 1 (ESPECIAL)	p. 1-472	2019
------------------------	----------------	-------	-----------------	----------	------

A **Revista Praia Vermelha** é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição do corpo editorial.



CC BY-NC-ND 4.0

http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR

Publicação indexada em:

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ccn.ibict.br

Base Minerva UFRJ

minerva.ufrj.br

Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro

revistas.ufrj.br

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral

ISSN 1414-9184

1. Serviço Social-Periódicos. 2. Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

PRAIAVERMELHA

DESENVOLVIMENTO DESIGUAL INTER-REGIONAL, QUESTÃO SOCIAL E NORDESTE BRASILEIRO NOS ANOS 2000

INTERREGIONAL UNEQUAL DEVELOPMENT, SOCIAL ISSUE
AND BRAZILIAN NORTHEAST IN THE 2000s

Evelyne Medeiros Pereira

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 29	n. 1 (ESPECIAL)	p. 67-94	2019
------------------------	----------------	-------	-----------------	----------	------

RESUMO

O Brasil dos anos 2000 reflete a dialética do desenvolvimento desigual e combinado que incide na questão social no Nordeste, região particularmente inserida na recente dinâmica de expansão do capital. Nosso propósito é, portanto, identificar mudanças recentes na relação entre o “atraso” e o “moderno” que constitui o contexto nordestino. Uma vez que não há ruptura com as determinações (neo)liberais, a reprodução regional da lógica da dependência e da divisão internacional do trabalho são confirmadas. Assim, desenvolvemos um estudo bibliográfico, priorizando a perspectiva crítico-dialética e o diálogo com dados primários e secundários.

PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento Desigual e Combinado. Questão Social. Nordeste.

ABSTRACT

In the 2000s, Brazil reflects the dialectic of unequal and combined development, that focuses on the social issue in the Northeast region, an area particularly embedded in the recent dynamic of capital expansion. Our purpose is, therefore, to identify recent changes in the relationship between the “backwardness” and the “modern” that constitutes the Northeastern context. Since there is no rupture with (neo)liberal determinations, the regional reproduction of the logic of dependence and the international division of labor are confirmed. Thus, we developed a bibliographic study, which prioritizes the critical-dialectic perspective and the dialogue with primary and secondary databases.

KEYWORDS

Unequal and Combined Development. Social Issues. Northeast.

Recebido em 16.01.2018

Aprovado em 19.09.2018

INTRODUÇÃO

As desigualdades regionais compõem a dinâmica do desenvolvimento capitalista e apresentam uma tônica particular nas formações sociais dependentes devido à forma específica de integração ao mercado mundial. O nosso entendimento sobre a natureza dessas desigualdades nas nuances de uma formação social constituída através de um processo histórico-social que “vinculou o destino da Nação emergente ao neocolonialismo” (FERNANDES, [1968] 2008, p. 24), a exemplo da realidade brasileira, procura orientar-se fora do circuito de interpretações dualistas rígidas, conforme a crítica da ideologia desenvolvimentista e da razão dualista presente nas obras de Francisco de Oliveira (2003) ou, em outras palavras, a partir de uma análise consonante com a *lei do desenvolvimento desigual* ou *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, conforme formulações de clássicos como Lênin e Trotsky.

Essa característica universal ao capitalismo, aprofundada e particularizada em sociedades dependentes, revela o caráter integrador e ao mesmo tempo desintegrador de regiões nesse sistema, que, para Leon Trotsky ([1930] 1977, p. 25), viabiliza uma “aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas”. Por isso, nas palavras de Florestan Fernandes ([1968] 2008, p. 61), olhando para o Brasil,

[...] estruturas econômicas em diferentes estágios de desenvolvimento não só podem ser combinadas organicamente e articuladas no sistema econômico global. Sob o capitalismo dependente, a persistência de formas arcaicas não é uma função secundária e suplementar.

Daí o entendimento de que não há etapas bem definidas de desenvolvimento pelas quais cada formação social deva passar, inevitavelmente. A apreensão dos aspectos que tornaram burguesa a sociedade brasileira sem vivenciar, por exemplo, um processo de ruptura com o latifúndio e seus antigos representantes é, a nosso ver, pressuposto central para o estudo sobre os fundamentos das desigualdades regionais e os descompassos entre as regiões enquanto fenômeno moderno.

Essas desigualdades tomam proporções e características diversas no contexto contemporâneo. O processo de financeirização e sua incessante busca de valorização do capital tem como necessidade a constante superação de fronteiras de tempo e espaço, o que, por outro lado, acaba por estabelecer outras tantas barreiras territoriais e diferenciações regionais em uma mundialização que também se regionaliza. Como fruto desse processo ocorre o adensamento da questão social na sua dimensão regional, expressa pela intensificação da divisão internacional (e inter-regional) do trabalho, da exploração por intermédio da reestruturação produtiva e dos diversos conflitos de base territorial refletidos na violenta onda migratória cada vez mais pulsante nos dias de hoje, produzindo milhões de refugiados mundo afora, (re)compondo a questão regional em termos macrossociais.

No Brasil, compreendemos a região Nordeste como destaque nessa questão, sofrendo com maior tônica os reflexos da concentração de riqueza, renda e poder no país. Os desdobramentos econômicos e políticos desse processo constituíram uma narrativa dominante e elitista de “região-problema”, predominante até hoje, muito embora com aspectos dissonantes, presentes no último ciclo de desenvolvimento no país, que pôs em destaque essa região como promissora e protagonista de uma onda de crescimento econômico.

Diante de tais inquietações, pretendemos apresentar brevemente alguns aspectos que caracterizam a questão regional no último período (anos 2000), a partir do Nordeste, na busca de entender quais foram os fatores que levaram a um quadro de relativas mudanças nas condições de vida e trabalho das classes subalternizadas dessa região, incidindo sobre as desigualdades regionais no país.

O NORDESTE HOJE

É certo que as expressões atuais da realidade nordestina, especialmente da última década, tais como o aumento da expectativa de vida e a diminuição da pobreza absoluta, sinalizam inflexões da questão social na região. Isso foi muito propagandeado como resultado de

uma política de inclusão social, com maior peso para o desenvolvimento regional, durante os governos capitaneados pelo Partido dos Trabalhadores, que teriam promovido maior crescimento econômico em regiões historicamente mais pauperizadas e com menores índices de desenvolvimento humano do país.

É possível observar essa constatação não apenas através dos indicadores sociais e econômicos desse período, demonstrando uma efetiva melhoria das condições de vida dos trabalhadores com a ampliação de postos de trabalho, de industrialização, do acesso à renda, ao consumo e a políticas sociais, como educação e assistência, como também através dos resultados na política eleitoral, fazendo da região uma importante base desses governos. Porém, quais os fatores que permitiram tais inflexões no Nordeste no último ciclo de desenvolvimento? As respostas certamente estão muito além da simples vontade política.

De fato, ao observar os números e os documentos oficiais, particularmente os planos plurianuais governamentais, é possível identificar algumas diferenciações em relação à ortodoxia neoliberal em curso no país durante a década de 1990. A região Nordeste efetivamente esteve entre as prioridades por parte de instituições estatais via “políticas de desenvolvimento”, a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), através do financiamento de grandes projetos industriais e de infraestrutura, como a Transposição do Rio São Francisco, os Complexos Portuários e Siderúrgicos, os Polos Industriais e a Transnordestina, além de programas como o Programa Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida e o Luz Para Todos, que priorizaram o atendimento de quem esteve à margem do trabalho formal ou mesmo aqueles que não foram incorporados pelo mercado. Tudo isso sob a ideia de “combate à miséria” e “inclusão do pobre no orçamento”.

Até 2014, “a economia da região mais pobre do Brasil crescia num ritmo muito superior à média nacional. Das cinco regiões brasileiras, o Nordeste foi a que gerou mais empregos formais nos últimos anos” (IBGE, 2014). As pesquisas divulgadas pelo IBGE, em

2012, chegaram a revelar que ocorreu uma inversão no histórico movimento de migração entre as regiões. Em vez da corrida para o Sudeste que marcou as décadas de 1960 a 1980, a tendência era de deslocamentos entre municípios de um mesmo estado e queda acentuada nas migrações entre regiões, tendo como principais fatores para a diminuição no número de migrantes a saturação das metrópoles e a melhor distribuição da oferta de emprego.

Sobre isso, o economista Márcio Pochmann (2014) refere-se à primeira década do século XXI no Brasil como sendo aquela que, de certa forma, viabilizou o protagonismo de regiões que eram vistas como atrasadas como é o caso das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, regiões que, conforme o autor, absorveram indústrias no último período pela força do “movimento de deslocamento”. Segundo Tânia Bacelar Araújo (2013, p. 162), “no período de 2003 a 2010 [...] houve também uma liderança da região Nordeste, junto à região Norte, do crescimento do consumo ao longo dos anos 2000”. Além disso, ressalta que a elevação real do salário-mínimo teve impacto mais forte na realidade nordestina, “onde 45% dos ocupados receberam até 1 salário-mínimo – bem acima da média nacional que era de 26%. [...] entre 2003 e 2009 o valor do rendimento médio das famílias” da referida região “cresceu 5,4% ao ano, quando a média brasileira foi de 3,5%, e no Sudeste essa taxa foi de apenas 2,9%”. Contudo, o crescimento econômico revela, por outro lado, a gestação de “novas” elites regionais.

Levando em consideração que as desigualdades regionais favorecem a divisão entre pobres e ricos territorialmente e que o Nordeste ainda possui considerável parcela da população muito pobre do país, essa região captou 55% dos recursos do Programa Bolsa Família, “carro-chefe” da Política de Assistência Social dos Governos Lula e Dilma, o que influenciou diretamente tanto nas condições de vida dessa parcela populacional como na dinâmica econômica e territorial do interior nordestino com a constituição das chamadas “cidades médias”, dinamizando o comércio e gerando, assim, nos pequenos municípios um impacto econômico e político (ARAÚJO, 2013). Todavia, tal

programa, além das diretivas da focalização e assistencialização, desenvolveu-se sob a lógica da indispensável intermediação dos bancos, revelando as contradições das políticas sociais que, “além de servir ao capital por reduzirem o custo de reprodução da força de trabalho e atenuarem os conflitos de classe [...] servem, cada vez mais, à acumulação capitalista de modo direto” (BRETTAS, 2013, p. 202).

Ainda ressaltamos que algumas ações desenvolvidas na última década, vinculadas a outras políticas, a exemplo da educação profissional e superior, com uma tendência à expansão e à interiorização, adensaram impactos significativos na vida cultural, política e econômica desses territórios, embora não tenham representado mudanças estruturais na lógica dessas instituições e do seu “conservantismo cultural” (FERNANDES, [1968] 2008, p. 56).

Alguns aspectos que influenciaram a base de sustentação do projeto de desenvolvimento presente até meados da década em curso foram: a elevação do PIB que, segundo Grabois (2014), quadruplicou de 2003 para 2013, com o destaque para algumas regiões como o Nordeste; o incentivo dado à descentralização territorial na implantação de polos industriais, a exemplo da indústria naval, “renascida na esteira do petróleo”, concentrada no Rio de Janeiro, mas que teve presença significativa em estados como Ceará, Pernambuco, Alagoas e Bahia; e o crescimento do número de trabalhadores da indústria, passando de 4 milhões e 800 mil, em 2003, para quase 13 milhões, em 2013, na indústria de transformação, e de 2 milhões para 6 de milhões na construção civil no mesmo período.

Esse quadro incidiu sobre o aumento da expectativa de vida da população nordestina e sobre a tendência positiva que apontavam diversos indicadores de elevação da participação da região Nordeste no Produto Interno Bruto (PIB) nacional. A taxa anual de crescimento do PIB total do Nordeste passou de 2,1 na década de 1990 a 4,4 nos anos 2000 (IPEA, 2015). O Nordeste do “atraso”, da fome e da migração tornou-se a região do “protagonismo”, o Nordeste moderno, das oportunidades, da interiorização dos serviços, do regresso daqueles que um dia tiveram que tentar a vida longe, constituindo

trajetórias de vida de inúmeros anônimos que inspiraram a arte popular de Luiz Gonzaga a Belchior.

Contudo, existem ainda algumas perguntas que teimam em não calar: de fato, há (ou houve) realmente um novo desenho social e econômico da região? Essas mudanças se deveram a quê? O que há de herança e ruptura? Acreditamos que para entender essa realidade é preciso desvendar um Nordeste profundo, em suas contradições e heterogeneidades, porém, é também preciso transcender a região e os discursos de desenvolvimento. Deve-se fazer isso com o objetivo de entender como a realidade regional continua se integrando ao capitalismo em território nacional e identificar os “fios invisíveis” que constituem a dialética regional-universal no modo vigente de produção e reprodução da vida social, particularmente no período priorizado por nós.

É importante observar alguns aspectos da realidade brasileira mais recente que continuam a sinalizar a presença de um “círculo vicioso tenaz” que permanece não pondo “em xeque” tanto os papéis históricos das regiões constitutivos da (e na) dinâmica desigual e combinada como as formas de organização da produção capitalista propriamente ditas. Assim, é necessário perceber, antes de tudo, um “contrapeso” fundamental que, a nosso ver, viabilizou o crescimento econômico do Nordeste nos anos 2000 e seus consequentes impactos na questão regional. Primeiro, a política de conciliação de classes vigente no referido período foi pautada e sustentada por um ganho maior de setores empresariais, inclusive do agronegócio. Como lado mais pesado da mesma moeda, os governos em questão retomaram a política industrial, relegada pelo governo FHC e reorientaram a atuação estatal, porém também deixaram clara a ausência de ruptura com o neoliberalismo, com maiores tensões e medidas diferentes daquelas definidas nos governos anteriores. Segundo, é possível observar a ausência de significativas mudanças nas desigualdades sociais e concentração de renda. Diante dessas circunstâncias, Pochmann (2014) afirma que ainda estamos entre os 20 países mais desiguais do mundo.

Esse quadro nos remete à constatação de que o problema do Brasil, assim como de outras realidades, não é relativo ao freneticamente propalado crescimento econômico por si só. “Crescimento tem havido [...]. Ele não chegou a assumir, porém, as proporções e um padrão que afetassem a integração do Brasil como uma sociedade nacional e sua posição no conjunto das demais sociedades nacionais [...]”. Frente a tal fato, “o que nos deve interessar é o modo de participar do padrão dessa civilização”, se de forma dependente ou soberana. (FERNANDES, [1968] 2008, p. 155). A segunda opção, por razões históricas que remetem à natureza das classes sociais no Brasil, nos levaria necessariamente a um processo de ruptura com o capitalismo.

Como resultado desse processo de permanência e aprofundamento do desenvolvimento capitalista e, portanto, da condição de dependência, a melhoria nas condições de vida sinaliza de modo cada vez mais latente o seu caráter relativo e temporário. As próprias taxas de crescimento não têm sido estáveis nem significativamente altas, sobretudo nos últimos anos, o que, a nosso ver, revela tanto os efeitos da crise mundial, despencando o preço das *commodities*, como os limites da política de conciliação de classes, que foi bem-sucedida por curto tempo, porém não apontou para o fortalecimento de um projeto nacional de caráter politizador e efetivamente popular. Isso tendo em vista que a dinâmica capitalista possibilita, dentro da dialética de expansão e estagnação entre as regiões, um período, mesmo que temporário, de ascensão econômica e de desdobramento de contratendências. Essas condições incidiram na dinâmica migratória, na divisão regional do trabalho e, conseqüentemente, na questão social no Nordeste. Contudo, dentre outros fatores, não houve desconcentração no território brasileiro de riquezas socialmente produzidas. Sobre isso, vejamos o que nos diz Aristides Monteiro Neto (2014, p. 70-71), técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):

Observa-se o avanço do esforço de redução das disparidades [...] pela perda de importância relativa das regiões Sudeste e Sul na composição do PIB nacional, de 74,1% em 1990, para 71,3% em

2009, e o ganho absoluto de 2,8% entre 1990 e 2009 para o conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de 25,9% em 1990 para 28,7% em 2009. [...] Em particular, a região Nordeste, que se caracterizou durante o século XX como uma região de atraso econômico, conseguiu internalizar uma estratégia de contenção de perdas e de aceleração do crescimento que resultou na expansão, ainda que lenta, de seu patamar de participação relativa no contexto nacional. Continua sendo, entretanto, a região em que a concentração da produção econômica no Brasil se expressa mais desfavoravelmente, pois sua participação no PIB nacional atingida em 2010 ainda é equivalente àquela do início da década de 1960, quando Celso Furtado, por meio do Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), preocupou-se com as causas e manifestações de seu subdesenvolvimento. Cabe ainda notar que as mudanças em prol da desconcentração foram mais presentes na década de 2000 que na precedente.

Assim, emerge um novo desenho social e econômico do Nordeste em que o moderno empresariado nordestino vincula-se à estrutura de serviços que as políticas de desenvolvimento regional ajudaram a desenvolver na região. Para tanto, o BNDES teve papel fundamental. Este passou a investir, em 2007, o dobro que investia em 2000, priorizando, até 2009, programas e projetos de infraestrutura voltados para o Nordeste, além das isenções fiscais e da oferta de mão de obra mais barata em relação a outras regiões do país, atraindo setores industriais e da construção civil, nacionais e internacionais. Isso tendo em vista a margem salarial dos trabalhadores que vivem nos estados do Nordeste e ganham em torno de um salário-mínimo, quando essa média chega a triplicar em outras regiões do país, principalmente Sul e Sudeste (IPEA, 2010).

Nesse quadro, “temos [...] novamente esboçado um modelo decisorio de inversão de recursos públicos que utiliza o espectro dos ‘pobres’ para a montagem de engrenagens grandiosas de acumulação de capital [...]” (DÓRIA, 2007, p. 289). O BNDES, por exemplo, disponibilizou na última década por volta de um terço do total dos

recursos “para somente dez grandes grupos econômicos privados em processo de concentração e fusão” (POCHMANN, 2013, p. 152). No âmbito do setor sucroalcooleiro, o valor total de repasses aos usineiros na forma de empréstimos via BNDES durante a década (2003-2010) foi 28,2 bilhões de reais. O quadro de modernização, especialmente da agricultura via agronegócio, apresenta-se por meio de um movimento de expansão capitalista mais súbito. Vejamos as seguintes informações:

A análise dos dados estatísticos do IBGE para os de 1990 e 2009 mostra que, apesar de culturas tradicionais como milho, feijão e mandioca terem se mantido entre as culturas com maior quantidade de área plantada na região, houve uma variação percentual negativa para culturas como feijão e mandioca, que apresentaram respectivamente queda de 6,21% e 27,66%. [...] Das frutas com a melhor relação produção versus exportação [...], o Nordeste concentra o maior número de área plantada e de quantidade produzida. Em 2009, somente a região Nordeste foi responsável por 84,87% da área plantada e 94,30% da quantidade produzida de melão (BEZERRA, 2012, p. 130-134).

É importante observar as contradições vivenciadas no cotidiano da vida de milhões de trabalhadores que compõem um permanente e contínuo quadro de desigualdade regional que ainda faz do Nordeste um destaque em baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), elevados indicadores de analfabetismo, mortalidade infantil e pobreza, em geral. Assim, “a distribuição de renda, de terras e de oportunidades continua desigual no Nordeste, e o baixo IDH, ao lado da concentração espacial da indústria e das atividades econômicas de destaque, ainda é uma realidade” (PEREIRA JR., 2012, p. 225).

Esse quadro contribui para a permanente e considerável presença de emigrantes que ainda saem para outras regiões em busca de melhores condições de vida, muito embora em um movimento menos ascendente que no século passado. Isso levando em consideração que, de acordo com o Censo de 2010 do IBGE, o Nordeste possui uma população rural de 14,3 milhões de habitantes. Considerando

que a mesma pesquisa apontou uma população rural no Brasil correspondente a cerca de 29,8 milhões, “isso significa que somente a Região Nordeste concentra mais de 47% da população rural do país”. Tal constatação nos leva a outras duas condições: primeira, a de que a pobreza no país ainda está concentrada nas áreas rurais, além das periferias urbanas; segunda, a de que nas últimas décadas a população rural está diminuindo consideravelmente, constituindo as muitas histórias daqueles/as que compõem o êxodo contemporâneo brasileiro, com tônica e direção em certa medida diferenciadas.

Caso deixemos as respostas às questões que motivaram a construção do presente texto a cargo da afirmação de que toda essa realidade é resultado apenas de um ciclo de expansão capitalista mundial, nos caberia também perguntar “por que” tais iniciativas não foram desenvolvidas em outros tantos momentos oportunos. Por outro lado, depositar o caminho da nossa análise apenas na conta dos governos do PT ou mesmo na correlação de forças políticas e nas contradições presentes no seio da “frente neodesenvolvimentista” (BOITO JR., 2013) nos faz incorrer em erros presentes na visão endógena ou politicista da realidade e do movimento do capital.

Para Pochmann (2013, p. 152), os estados mais ricos absorveram a “maior parte do fundo público comprometido com as transferências monetárias”, sendo incorporados pela região Sudeste “50% do total dos recursos anualmente comprometidos com as transferências previdenciárias e assistenciais da seguridade social”. Esse quadro revela também a ausência de avanços substanciais em políticas sociais voltadas para o enfrentamento de tais desigualdades para além de ações pontuais, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), criado ainda na década de 1980 e de cunho mais assistencial. Na verdade, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), desenvolvida prioritariamente pelo Ministério da Integração Nacional nos últimos anos, não rompe com a herança neoliberal, o que facilita a reversão rápida dos ganhos e a reposição das disparidades sócio-regionais.

Em termos históricos, após interrupção de no mínimo duas décadas e meia, a atenção pública ao problema do desenvolvimento regional foi retomada. A política nacional de desenvolvimento regional foi desenhada no programa de governo de Luiz Inácio Lula da Silva, aparecendo entre os grandes objetivos do Plano Plurianual de 2004-2007, bem como nos planos subsequentes. [...] Os limites das proposições do ministério começam na ação política concreta para lidar com os interesses das elites, mas também no esquema teórico de percepção da estruturação do círculo do atraso regional visto sob o prisma da capacidade de poupança, investimento, dinâmica de mercado e socorro imediato à camada de trabalhadores mais empobrecida. [...] No plano material, a diminuição da pobreza absoluta e, no plano simbólico, a aderência à ideologia de que é possível superar a desigualdade por meio da expansão do capitalismo e da coalizão com as elites. [...] Os maiores aportes (cerca de 40%) foram para as grandes empresas, seguido pelas médias (18,9%); ficando a pequena empresa e as cooperativas/associações, somadas, na faixa dos 40%. [...] ao levar investimento de ponta – ao estilo dos interesses do BNDES e dos fundos de pensão – para essas localidades carrega junto aquelas contradições da acumulação, invariavelmente sustentada pela precarização do trabalho, pilhagem do meio ambiente, concentração fundiária e de renda (MAGALHÃES et al., 2010) [...] repondo as disparidades sociorregionais (BARBOSA, 2012, p. 40-48).

Como síntese, temos uma nação que ocupa o posto entre as dez maiores economias do mundo e onde os seis maiores bilionários no país têm a mesma riqueza e patrimônio que os 100 milhões de brasileiros mais pobres. Tal desigualdade continua possuindo um forte corte regional, o que faz, por exemplo, o Norte e o Nordeste brasileiro hoje configurarem-se como regiões com maior presença dos aspectos ou “perfis” da pobreza, apesar da melhoria nos índices de pobreza no país entre 2004 e 2013 com a queda de 20% para 9%, segundo estudo divulgado em abril de 2016 pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Esse contexto torna-se mais agravante diante da implementação de uma violenta agenda de privatizações no último ano, expondo o esgotamento do padrão de crescimento econômico, a reorganização das forças mais conservadoras, antidemocráticas e antipopulares da sociedade e dos segmentos deliberadamente comprometidos com a ortodoxia neoliberal, desgostosos com os mínimos promovidos aos segmentos populares pela política dos governos capitaneados pelo PT. Eis mais um episódio da nossa “modernização dependente” (FERNANDES, [1960] 2008).

O atual contexto de golpe, aliás, tem sido propício para um rápido desencadeamento de um conjunto de ações por parte do Estado demandadas para suprir as necessidades do atual ciclo de acumulação do capital, priorizando outras vias de expropriação e intensificação de exploração do trabalho com a imposição de uma agenda mais intensiva de restrição de direitos sociais, mais precisamente trabalhistas, e de maior precarização. Isso mediante o recrudescimento de mecanismos de controle, criminalização e punição das classes populares, expressando o quanto ainda é presente a “ideologia do colonialismo” (SODRÉ, 1984). Nesse contexto, é inevitável fazer menção aos aspectos centrais da formação social brasileira, em particular, a natureza da transição capitalista e das classes sociais que a constituem. Isso nos remete às palavras de Florestan Fernandes ([1975] 2006, p. 238): “Como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra o seu preço, embora sejam muito variáveis os artifícios da ‘conciliação’”.

Diante desse quadro, é impossível não se perguntar sobre os motivos que levaram a um movimento tão brusco de retirada de direitos, expressando o peso e a atualidade da configuração autocrática da dominação burguesa na realidade mais recente do país, com maior notoriedade desde os dois últimos anos. Nesse contexto, os trabalhadores também trazem a marca da herança colonial que teve sua base na economia agrária, a exemplo da condição de trabalhador semilivre refuncionalizado pelo capital (FERNANDES, [1968] 2008).

É certo que as repercussões desse contexto mais recente na questão regional são desastrosas, adensando rapidamente os efeitos dessa questão como resultado da capacidade de recomposição capitalista em cada ciclo de acumulação através da constante combinação do “atraso” e do “moderno” como marca histórica do nosso desenvolvimento desigual. E é sob tais aspectos que nos debruçaremos daqui em diante.

DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NA CONFIGURAÇÃO REGIONAL DO BRASIL

A realidade demonstra que, de fato, mesmo diante da perpetuação das desigualdades regionais no país, ocorreram inflexões na questão regional a partir do Nordeste nos anos 2000. Estas não foram, no entanto, suficientes para reconfigurar as funções que historicamente as regiões cumprem no desenvolvimento desigual capitalista. O que explica, então, tal dissonância? Mesmo diante de um maior volume de investimentos destinados ao Nordeste em relação a períodos anteriores (a exemplo da década de 1990), condizente com o discurso governamental de priorização “dos mais pobres” e, portanto, das regiões mais pobres, como pode uma região ter apresentado altas taxas de crescimento no contexto em que continuou pesando um maior volume de destinação de recursos públicos, em números absolutos, para regiões historicamente mais ricas, não alterando consideravelmente a concentração regional de riquezas?

É certo que, para darmos alguns passos adiante, para além de suposições, é necessário recorrer aos aspectos que fundamentam, ontem e hoje, a formação social brasileira. Dentre esses aspectos, recolocamos em cena a relação orgânica entre o “atraso” e o “moderno” em que, de acordo com Fernandes ([1968] 2008, p. 60-61):

[...] a articulação de formas de produção heterogêneas e anacrônicas entre si preenche a função de calibrar o emprego dos fatores econômicos segundo uma linha de rendimento máximo explorando-se em limites extremos o único fator constantemente abundante, que é o

trabalho – em bases anticapitalistas, semicapitalistas ou capitalistas. [...] A exploração dessas formas, e sua combinação com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do ‘cálculo capitalista’ do agente econômico privilegiado.

Daí a funcionalidade do “atraso”, que também se apresenta como “moderno”, na realidade brasileira a partir da configuração regional e, portanto, na viva e permanente divisão inter-regional do trabalho. A conformação das regiões caminha, assim, no (des)compasso necessário que permita o rendimento máximo para o capital através de formas de exploração do trabalho, na medida do possível, também máximas, demandando a combinação de aspectos tidos como retrógrados que não deixam de se modernizar.

É certo que os anos 2000 compõem um período mundialmente mais favorável à expansão capitalista e ao desenrolar de medidas anticíclicas, mesmo com tempo cada vez menor de permanência. Para que isso ocorresse produzindo um impacto mais rápido e significativo, além de uma maior dinamização na economia, é possível observar a prioridade dada às regiões mais pauperizadas por parte da frente de alianças que dirigiu os últimos governos, ampliando o espaço para a expansão capitalista nos diversos setores da sociedade e as condições mais propícias de crescimento sem maiores perdas em termos de lucratividade dos principais setores empresariais, ampliando o crédito, elevando o salário mínimo e tornando mais robusto o mercado interno.

Daí o destaque do Nordeste, região que historicamente cumpre um papel central na divisão regional do trabalho, constituindo, nas palavras de Marx (1984), uma *superpopulação relativa* que tenciona o rebaixamento do preço da força de trabalho no país, com grande diferenciação salarial em relação à média nacional, menor índice de industrialização em comparação a outras regiões, implicando em taxas reduzidas de produtividade do trabalho e menor composição orgânica do capital, maior peso da pauperização absoluta e, portanto, de condições de trabalho precárias; além da grande marca da ques-

tão agrária que retrai ainda mais o mercado interno e revela com maior clareza a relação dialética entre o “moderno” e o “atraso” no capitalismo como desdobramento da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*. Afinal, “[...] o arcaico e o moderno nem sempre entram em choque decisivo [...]; estabelecem-se várias espécies de fusões e de composições, que traduzem os diferentes graus de identificação dos homens com a herança tradicional e com a modernização” (FERNANDES, [1968] 2008, p. 53).

Essa característica evidencia-se com maior grau nos países dependentes e, internamente a estes, em determinadas regiões onde o peso do “atraso” é mais potente, adensando as desigualdades regionais e, conseqüentemente, a questão regional. Para Florestan ([1968] 2008, p.79), trata-se, portanto, “de uma economia capitalista que articula estruturas arcaicas e modernas, na qual essas últimas apresentam intenso crescimento ‘desordenado’ e se impõem às primeiras como centros hegemônicos da economia nacional”. Ou, nas palavras de Trotsky ([1930] 1977, p. 24-25): “A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processo* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos”.

É importante observar que o “atraso” histórico das economias dependentes não significa ausência ou mesmo “deficiência” no desenvolvimento capitalista. Ao contrário, é reflexo de suas variações nas condições de capitalismo dependente. Por isso, a combinação entre arcaico e moderno pode causar um efeito em determinadas formações sociais bastante distintivo, desbancando qualquer propensão a uma análise *etapista* e linear da história. A concepção de que a articulação de estruturas arcaicas e modernas é um “requisito do capitalismo dependente”, conforme Florestan Fernandes ([1968] 2008), em acordo com a tese do desenvolvimento desigual e combinado, nos leva a outro importante salto na análise da realidade em que vivemos historicamente no Brasil: o entendimento de que o desenvolvimento capitalista produz o subdesenvolvimento. Este, “sem dúvida, [...] é um negócio,

para os que tiram proveito dele através do capitalismo dependente [...] o subdesenvolvimento, onde ele surge e se mantém, não é mera cópia frustrada de algo maior nem uma fatalidade” (Ibidem, p. 54).

Tais fatores e condições presentes na sociedade brasileira foram determinantes para a definição de prioridades dadas à geração de postos de trabalho e investimentos em grandes projetos nos anos 2000, muito embora, contraditoriamente, também tenham implicado sobre um conjunto de resistências coletivas que expressam as diversas e antagônicas formas de enfrentamento à questão social na região Nordeste, a exemplo da forte e histórica presença de movimentos sociais. Esses aspectos, hipoteticamente, podem conduzir a uma explicação das inflexões da questão regional e a importância desse fenômeno para o último ciclo de desenvolvimento.

Diante desse quadro, é inegável que a expansão do capital e do mercado dinamiza com uma força muito maior e veloz a economia em regiões com as características que apontamos acima, em que o descompasso entre riqueza e pobreza é mais visível e profundo, assim como o peso do “atraso”, o que tende, inicialmente, a beneficiar, em graus diferenciados, ambas as classes e suas respectivas frações, representantes tanto do capital como do trabalho, atendendo aos seus diferentes interesses e necessidades. Isso é impossível sem o necessário intermédio do Estado que funciona, por um lado, como um subsidiário do capital, com os incentivos fiscais, uma política tributária regressiva e a apropriação do fundo público, e, por outro, como mecanismo de geração de novos postos de trabalho, subsidiário de programas assistenciais, ampliação da renda e do poder de consumo através do crédito, que também incrementa a acumulação capitalista, em especial o capital monetário, portador de juros, “mercadoria de excelência” do capitalismo nos nossos dias.

Para não esquecermos o nosso fio condutor expresso no movimento paradoxal, dialético, da realidade, é preciso lembrar que, no enredo do capital, tudo é passível de mudanças, muito embora o que impere seja a lógica da mercadoria e da alienação. Isso não nos tira as condições possíveis de mudança e “desalienação”, afinal, o

movimento de expansão e estagnação entre as regiões produz clivagens nas classes, disputas de interesses inter e intraclasse, transcendendo qualquer dicotomia e polarização. Em outras palavras, a incorporação de trabalhadores e de regiões à dinâmica do capital produz mudanças significativas e perceptíveis, contudo, muitas vezes, ainda não absorvidas pelas classes sociais em luta.

Nesse sentido, não podemos negar que a dinamização da economia a que estamos nos referindo, mesmo com o grande desnível entre os ganhos do capital e aqueles voltados para o trabalho, pode interferir diretamente na prática das classes sociais e nas suas condições reais, muitas vezes até mais favoráveis para a luta dos trabalhadores diante de sua relativa recomposição em relação ao ciclo anterior do neoliberalismo no Brasil.

Retomando o caminho que priorizamos, podemos perceber que nos anos 2000 houve uma relativa alteração entre as formas combinadas de exploração da força de trabalho face ao período anterior (anos 1990), viabilizando, por exemplo, um avanço na produtividade do trabalho (ainda com maior peso da mais-valia absoluta no Nordeste), a regulamentação e a implementação dos direitos trabalhistas das/os empregadas/os domésticas/os e trabalhadores/as rurais sem, porém, eliminar as condições análogas ao trabalho escravo presentes inclusive em terras do agronegócio. Também ocorreu a conformação de um pêndulo entre acesso e precarização, viabilizando, por um lado, uma ampliação do consumo e do mercado interno, uma diminuição da pauperização absoluta, a recomposição relativa das classes trabalhadoras com o aumento dos postos de empregos formais, especialmente através de grandes obras no âmbito da construção civil e demais polos da indústria de transformação. Por outro lado, a intensificação da precarização do trabalho, sob a hegemonia de um “neoliberalismo heterodoxo”, interferindo na composição da força de trabalho sobrando e na dinamização da economia local que, mediante a saturação das metrópoles e a busca de novos territórios de expansão do capital, tem conformado as “cidades médias” e outras regiões metropolitanas, especialmente no interior do Nordeste.

O progresso observado, por exemplo, com a queda da extrema pobreza entre os anos 2004 e 2013, de cerca de 7% para 4%, em virtude, dentre outros aspectos, da expansão do mercado de trabalho e de programas sociais de transferência de renda, sofre um processo de verdadeira estagnação antes mesmo do final do último governo eleito. O mercado de trabalho está se deteriorando rapidamente e a situação fiscal passou de relativamente favorável para muito preocupante. Essa realidade explicita uma condição incontestável: a política de conciliação de classes esbarra nos próprios limites capitalistas e de seu padrão de dominação externo onde não há viabilidade do pleno emprego e, portanto, de agradar permanentemente a dois senhores. Daí as estratégias cada vez mais focalizadas na assistência como resposta às classes populares sob a mediação da dependência estrutural, interferindo diretamente na configuração do Estado e na composição das classes sociais. Portanto, os limites do último ciclo de desenvolvimento são também os limites de um Estado que combina, a um só tempo, oligarquia e financeirização. Aqueles que parecem ter descoberto o caminho da felicidade dentro do capitalismo sob a ilusão da riqueza para todos se esbarram no recrudescimento da política neoliberal. Não se trata fundamentalmente de vontade política do grupo que se propôs a gerir o Estado capitalista. Trata-se de uma determinação de ser do padrão de acumulação capitalista dependente em questão.

Os ciclos de expansão capitalista via “inclusão” e incentivo ao setor produtivo têm tempo de validade nas regiões de forma descompassada, tal como ocorreu no último período em terras brasileiras: enquanto houve, por exemplo, expansão da indústria automobilística, foi possível a ampliação do crédito e de postos de trabalho. Já a expansão das empresas do agronegócio no Brasil vem sendo acompanhada pela sazonalidade e informalidade, tendo apenas 36% dos seus empregados com carteira assinada, além da grande ocorrência de trabalho análogo ao escravo. Esse fato tende a se agravar atualmente diante das modificações na legislação trabalhista especialmente nas condições do trabalhador do campo. Tal contexto

representa a busca de outras vias para garantia de acumulação por parte dos capitalistas, mesmo que no ciclo anterior tenha sido possível um verdadeiro “salto qualitativo na conformação do grande capital interno” (BRETTAS, 2013), beneficiando determinadas frações burguesas a se apropriar ainda mais do trabalho necessário via exploração e expropriação de trabalhadores.

As atuais medidas de austeridade e completa retração nos direitos sociais e políticos intensificam com maior violência a precarização e, conseqüentemente, um diferenciado e aprofundado desenvolvimento desigual, interna e externamente. O movimento de concentração e centralização do capital toma renovada amplitude, reforçando a condição do Brasil de país agroexportador e as “formas de heteronomia crescentemente mais complexas, envolventes e eficazes” (FERNANDES, [1968] 2008, p. 56).

Os desdobramentos e efeitos dessa dinâmica atingem de forma particular regiões como o Nordeste, que, para nós, teve uma relevância para a duração do último ciclo de expansão do capital, desde sua ascensão até o seu declínio, tal como foi no período desenvolvimentista do século XX, mesmo sob outras qualidades e proporções, funcionando como uma verdadeira “estratégia de hegemonia” do *bloco no poder* (POULANTZAS, 1968 apud BOITO JR., 2012).

Em síntese, não é nosso propósito obscurecer as mudanças, mas analisá-las, na perspectiva da totalidade. Não temos dúvida de que, de modo individual e temporário, muitos trabalhadores se sentiram beneficiados, mas, enquanto isso, o capital foi fortalecido total e permanentemente, o que pode ser demonstrado nos graúdos níveis de acumulação obtidos no mesmo período. Arriscamo-nos a dizer que as mudanças não foram substanciais, uma vez que a forma de governar – malgrado as intenções declaradas –, não rompe com as determinações (neo)liberais.

Tais determinações, a nosso ver, estão expressas inclusive nos investimentos que, supostamente, pretenderam retirar o Nordeste do seu histórico “atraso”. Pelos fatores já expostos, não havia riscos, mas tão somente ganhos, tanto econômicos quanto políticos.

O esgotamento da capacidade do ciclo de crescimento presente na dinâmica do capitalismo contemporâneo, rapidamente reforçou a reprodução regional da lógica da dependência, a divisão internacional (e regional) do trabalho e, conseqüentemente, a confirmação da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*.

Ousamos sinalizar que o peso do descompasso entre ricos e pobres e do “atraso” sob o “moderno” no Nordeste teria favorecido o desenvolvimento capitalista dos anos 2000 com a atenção para o movimento de expansão do capital via industrialização, do aumento real do salário-mínimo, da ampliação do mercado interno, da capacidade de consumo, da formalização e produtividade do trabalho etc. A questão é que tal movimento deu-se conservando as desigualdades regionais, apresentando sinais de estagnação desde o início da segunda década deste século, o que adensou a profunda crise econômica e política em curso nos nossos dias. Tudo isso conduz a supor que as expressões da questão social no Nordeste, tidas como progressistas no período analisado, estão fundadas na oportuna utilização do peso do “atraso” nessa região. Este (conjugado ao “moderno”) teria parido um desenvolvimento na esteira de um movimento virtuoso de expansão de vida curta, o que não é nada surpreendente para a forma de ser (desigual e combinada) capitalista.

Portanto, apesar dos efeitos imediatos e de melhorias individuais, partimos do pressuposto de que a tentativa de governar mediante um modelo de conciliação de classes via pacto social permite apenas temporária e conjunturalmente promover variações na questão regional, ao ponto de, inclusive, repercutir no desenvolvimento do país, mas sem, substancialmente, reduzir a desigualdade social no Nordeste e no território nacional. Ao serem priorizados investimentos nessa região, atendeu-se ao fim capitalista e à população mais pobre. De repente, os ínfimos ganhos da população se esvaem. Fica evidente a impossibilidade de fugir à *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, fundamento da nossa dependência, nos marcos do capitalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como em outras economias dependentes, a realidade brasileira defronta-se com um verdadeiro círculo vicioso do qual só poderá sair superando esse dilema através de reiterativas “soluções capitalistas [...] ou mediante soluções socialistas, absorvendo um novo padrão de desenvolvimento capaz de quebrar o impasse levantado pelas funções desempenhadas pela desigualdade socioeconômica na perpetuação do *status quo*”. Nessa lógica, retomando ao centro o contexto dos anos 2000, observamos que a realidade nordestina, ao se modernizar, mesmo que conservadoramente, torna-se cada vez mais partícipe da dinâmica de produção de desigualdades regionais. Dessa forma, a história já nos demonstrou que “[...] mesmo uma esfera estratégica, como a do crescimento econômico, não possui poder para alterar as demais esferas, se a intervenção assumir um caráter concentrado e unilateral” (FERNANDES, [1968] 2008, p. 156).

No fundo, trata-se de uma saída cega e desesperada, tão irracional e improdutiva quanto seria combater a raiva mordendo-se o cão que a transmitisse. No entanto, convém ressaltar, igualmente, que a superação do impasse não poderia resultar na mera “vontade esclarecida” [...]. Um povo pode contar com elites capazes de fazer diagnósticos precisos e completos de sua situação histórica, em seus diversos desdobramentos. Mas, se essas elites não tiverem coragem e decisão de levar o diagnóstico à prática ou se não receberem suficiente apoio coletivo, nada se alterará fundamentalmente. O Brasil não possui elites desse tipo; e, de outro lado, as próprias massas ainda não se projetam no cenário histórico, como atores do drama e fatores humanos de mudanças sociais conscientemente desejadas em escala coletiva. [...] O esclarecimento só se converte num elemento construtivo da situação quando ele envolve e conduz a transformação de caráter global. Portanto, desde que se veja o desenvolvimento como “problema nacional”, o diagnóstico e a atuação prática implicam “querer coletivo” polarizado nacionalmente (Ibidem, p.156-157).

É certo que a questão regional hoje e ontem permanece, não pela ausência de uma “vontade esclarecida”, mas enquanto uma necessidade do desenvolvimento capitalista, mas este, entretanto, assim como aquela – a tal questão regional – não são inexoráveis. Assim, “em um momento de prosperidade, o capital pode conceder várias vantagens ao trabalhador. Porém, essas vantagens são transitórias e relativas, e não extinguem a condição” de exploração e dominação que destitui o trabalhador dos resultados do progresso criado pela civilização. O fato é que a “desigualdade não é eliminada pelos dinamismos normais de crescimento da sociedade capitalista”, ou seja, por um progresso concebido abstrata e genericamente (FERNANDES, 1995, p. 53-54).

É nesse contexto que se insere nos últimos anos o Nordeste brasileiro no “movimento mundial articulador de territórios”, região em que é possível constatar a presença de novos vetores de expansão econômica, embora mantenha taxas que revelam desigualdades sociais ainda superiores aos índices nacionais. Afinal,

dada a própria natureza do capitalismo, esse processo de transformação não pode ocorrer de outro modo senão em meio a uma série de desigualdades e desproporções: aos períodos de prosperidade sucedem os de crise, o desenvolvimento de um ramo industrial provoca o declínio de outro, o progresso da agricultura afeta aspectos da economia rural que variam segundo as regiões (LÊNIN, [1899] 1982, p. 373-374).

Vale ressaltar as desigualdades históricas e continuamente vivas dentro da própria região, do litoral ao sertão. “Essa combinação de crescimento econômico, desigualdade social e concentração de atividades dinâmicas em determinadas parcelas do território representa uma configuração socioespacial” recorrente no desenvolvimento capitalista em outras regiões do mundo (PEREIRA JR., 2012, p. 225).

Enquanto isso, a crônica cotidiana composta por diversas trajetórias de vida daqueles e daquelas que sofrem violentamente os efeitos da questão regional permanece presente, embora de forma

reconfigurada, como marca intransponível nos marcos do desenvolvimento desigual em curso no Brasil e no mundo. Os meios para suprimir as barreiras espaciais e as distinções regionais, que limitam o presente padrão de acumulação, envolvem a produção de “novas diferenciações geográficas que criam novas barreiras espaciais a serem superadas” (HARVEY, 2013, p. 528).

Todavia, é importante perceber que, ao contrário do quadro que o país vive hoje, as contradições dos anos 2000 ofereceram melhores condições de vida e trabalho para os segmentos mais subalternizados, que também são regionalizados. Resta saber, e a história dirá, se as consequências desse breve período poderão avolumar as possibilidades futuras de mudanças em um movimento que se faça frente ao avanço das forças conservadoras e reacionárias no atual cenário brasileiro. Isso certamente não dependerá apenas de uma região, muito menos de um governo eleito, mas da capacidade e disponibilidade de luta do povo em prol de um projeto como parte da estratégia de classe. Isso com a clareza de que “o desenvolvimento desigual, no Brasil, ainda favorece as classes dominantes e seu aparelho estatal repressivo”, de Norte a Sul, de Leste a Oeste (FERNANDES, 1995, p. 73).

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, T. B. de. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula. In: SADER, E. (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.
- BARBOSA, R. N. de C. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional: da “letra da lei” ao sentido do texto. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, MA: UFMA, v. 16, n. 01, 2012, p. 37-50.
- BEZERRA, J. E. *A fruticultura no Nordeste semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e precarização do trabalho*. 2012. 375 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Estudos de Geografia do Trabalho da Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2012.

- BOITO JR., A. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR., A.; GALVÃO, A. (Orgs.). *Política e classes sociais no Brasil nos anos 2000*. São Paulo: Ed. Alameda, 2012.
- _____. *As bases políticas do neodesenvolvimentismo*. 2013. Disponível em: <<http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2013.
- BRETTAS, T. *Capital financeiro, fundo público e políticas sociais: uma análise do lugar do gasto social no governo Lula*. 2013. 319 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- DÓRIA, C. A. O Nordeste: “problema nacional” para a esquerda. In: MORAES, J. Q.; ROIO, M. D. (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Vol. 4. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.
- FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5.ed. São Paulo: Globo, [1975] 2006.
- _____. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. 5. ed. rev. São Paulo: Global, [1968] 2008.
- _____. *Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995.
- _____. *Mudanças sociais no Brasil*. 4. ed. rev. São Paulo: Global, [1960] 2008.
- GRABOIS, I. *Classes e frações de classe no segundo Governo Dilma*. 2014. Disponível em: <www.marxismo21.org>. Acesso em: 10 abr. 2015.
- HARVEY, D. *Os limites do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=4>. Acesso em: 12 nov. 2014.
- _____. *Maior proporção de empresas de alto crescimento está no Norte e Nordeste*. Brasília: EBC Agência Brasil, 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-12/emb-maior-proporcao-de-empresas-de-alto-crescimento-esta-no-norte-e>>. Acesso em: 10 set. 2016.

- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. *Texto para Discussão: fatos recentes do desenvolvimento regional no Brasil*. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, 2015.
- _____. *Brasil em desenvolvimento: estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/bd/publicacao_2010.html>. Acesso em: 29 jul. 2014.
- LENIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. O processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria. São Paulo: Abril Cultural, [1899] 1982.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, [1867] 1984.
- MONTEIRO NETO, A. Desigualdades regionais no Brasil: características e tendências recentes. *Boletim regional, urbano e ambiental IPEA*, Brasília, jan./jun. 2014, pp. 67-81.
- OLIVEIRA, F. de. *Crítica a Razão Dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PEREIRA JUNIOR, E. *Território e Economia Política: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo. *Atlas da Extrema Pobreza no Norte e Nordeste do Brasil em 2010*. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/port/Atlas_da_extrema_pobreza_no_Norte_e_Nordeste_do_Brasil_PT.pdf>. Acesso em: 01 out. 2017.
- POCHMANN, M. “Nós somos um país em que a desigualdade é nossa marca”: Para o economista e presidente da Fundação Perseu Abramo, Márcio Pochmann, o Brasil está mais preparado para lidar com a desigualdade, mas certamente, está longe de superá-la. In: *Jornal Brasil de Fato*. Entrevistadora: Simone Freire. São Paulo, nov. 2014. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/30631/>>. Acesso em: 03 mai. 2017.
- _____. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. SADER, E. (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais*

no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SODRÉ, N. W. *A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro.* 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

TROTSKY, L. *A história da Revolução Russa.* 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1930] 1977.

Evelyne Medeiros Pereira

Professora da Universidade Federal de Pernambuco. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
evelyne.mp2913@gmail.com

Esta publicação foi impressa em 2019 pela gráfica Imos
em papel offset 75g/m², fonte ITC Franklin Gothic,
tiragem de 500 exemplares.